

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

ADAPTAÇÃO CURRICULAR COMO INSTRUMENTO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PEDAGOGOS

Autora: Marines Dalbosco¹

Orientadora: Margarete Matesco Rocha²

Resumo: O presente trabalho é resultado do estudo realizado no Programa de Desenvolvimento Educacional, PDE – 2016/2017 com a implementação para um grupo de pedagogos no Colégio Estadual Industrial/PR – Ensino Fundamental em Tempo Integral e Ensino Médio. Na realização deste trabalho foi utilizado como metodologia, grupos de estudos organizados em oito encontros, com diferentes temas e ações de cunho teórico e prático, possibilitando a instrumentalização dos pedagogos quanto às práticas inclusivas, na construção de adaptações curriculares para os alunos com necessidades educacionais especiais, de modo a melhorar o processo de ensino e aprendizagem desses educandos. Os temas tratados na implementação da Unidade Didática foram: História da Educação Especial, Legislação da Educação Especial, Educação Especial Inclusiva, Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, Adaptação Curricular e Avaliação. Foram realizados 8 encontros contemplando a parte teórica e metodológica com resultados satisfatórios do ponto de vista pedagógico, ressaltando a importância da adaptação curricular para a prática da educação inclusiva.

Palavras- Chave: Formação do pedagogo; Adaptação Curricular; Inclusão.

Introdução:

Esse trabalho é o resultado do estudo para se estabelecer estratégias de ação do Projeto de Intervenção Pedagógica na escola, proposto pelo Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE 2016/2017, com a temática “Adaptação curricular como instrumento na formação continuada de pedagogos”. Tendo como objetivo geral, capacitar pedagogos para orientar os professores que atendem

¹ Graduação em História pela Universidade Paranaense- UNIPAR, Pós-Graduação em História do Brasil pela Universidade Paranaense- UNIPAR e Educação especial inclusiva pela FACINTER.

² Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina, especialização em Psicoterapia Comportamental, Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Londrina, Doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão.

alunos com necessidades educacionais especiais, inclusos no ensino comum, quanto à adaptação curricular.

Essa pesquisa teve início com o seguinte questionamento: O que é necessário trabalhar com os pedagogos, de modo a prepará-los para atuação junto aos professores que atendem alunos com Necessidades Educacionais Especiais que necessitam de adaptações curriculares?

No cotidiano escolar observa-se muitos entraves e dificuldades na realização das adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais. No Colégio Estadual Industrial, especificamente, percebe-se uma grande dificuldade dos docentes em relação ao entendimento e implementação das adaptações curriculares.

Neste contexto, o presente trabalho buscou trazer elementos de estudo para os pedagogos, fazendo uma análise e reflexão mais aprofundada com intuito de resolver tal questionamento, retomando algumas reflexões apresentadas por pesquisadores da área da educação especial, desenvolvendo práticas de adaptação do currículo através da implementação do projeto de intervenção pedagógica do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE.

Este trabalho se efetivou com a constituição de um grupo de estudos com os pedagogos do Colégio Estadual Industrial, que oferece Ensino Fundamental em Tempo Integral e Ensino Médio, e mais alguns pedagogos de Colégios do município de Francisco Beltrão – Paraná.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A HISTORIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A história da educação especial no Brasil passou por períodos importantes até se tornar uma política inclusiva. O primeiro período foi marcado pelo atendimento clínico especializado e fundação de instituições tradicionais de assistência às pessoas com deficiências mental, física e sensorial, seguindo exemplo e pioneirismo do Instituto dos Meninos Cegos, fundado na cidade do Rio de Janeiro, em 1854. Esse foi um marco para a estruturação da história da

educação especial no Brasil, com modelos que primam pelo assistencialismo, segregação e segmentação das deficiências, com a visão de uma formação escolar e vida social isolada da sociedade (MIRANDA, 2008).

Logo em 1957, a educação especial foi assumida pelo poder público, neste momento, acontece a criação de Campanhas destinadas para o atendimento específico das deficiências, instituindo também a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB e, posteriormente, a instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, no Rio de Janeiro (MIRANDA, 2008).

Somente em 1972 através do Ministério de Educação e Cultura – MEC, foi apresentada a primeira proposta para estruturação da educação especial brasileira, sendo então criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP para conduzir este trabalho no próprio Ministério. Mais tarde em 1986, o CENESP foi transformado na Secretaria de Educação Especial (SESPE), sendo rebatizada como SEESP em 1990. Em 2011 houve a extinção da SEESP, os assuntos de sua competência são incorporados na estrutura da SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (BEZERRA; ARAUJO, 2014).

No decorrer desse tempo, diversos movimentos acontecem no Brasil e no mundo, destacando em 1986 o lançamento o Plano Nacional de Ação Conjunta, sendo implantada, a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) e, em 1989, a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão responsável pela política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência, que atualmente faz parte da Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério Público da Justiça (MIRANDA, 2008).

Em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, que, através do art. 208, inciso III, garantiu a inclusão do aluno com deficiências na rede regular de ensino, *in verbis*:

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988).

Entre todos os movimentos a favor da Educação Especial na década de 90, é relevante destacar dois acontecimentos importantes com relação à inclusão, por terem abordado assegurado a educação para todos. “A Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jontiem, na Tailândia em 1990, que tinha como objetivo garantir o acesso à educação para todos, independente de limitações e “A Conferência Mundial sobre Educação Especial”, que aconteceu em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994, onde foi elaborado um documento intitulado como “Declaração de Salamanca”, visando a igualdade entre as pessoas e sugerindo ações para que os governos assumissem, dando a estas a atenção necessária com um olhar especial para às diferenças individuais (MIRANDA, 2008).

A Declaração de Salamanca, aborda o conceito de inclusão como um desafio para a educação, determinando que o direito à educação deve ser para todos, independentemente do tipo de deficiência que apresentam, de acordo com a citação abaixo:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Este documento enfatiza a escolarização dos alunos em escolas especiais, quando a educação regular está impossibilitada de atender às necessidades educativas ou sociais dos educandos, defendendo ainda, a ideia de que todos os alunos, na medida do possível, possam apreender juntos, independente das capacidades que estes possuem. No Brasil, em consonância com a Declaração de Salamanca, em 1996 foi implantada a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ampliando as possibilidades para a inclusão escolar dos alunos com deficiência (BRASIL, 1994).

No Paraná, em 2006 foi criada as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos. O objetivo deste documento foi orientar o currículo das escolas que compõe a Rede Pública Estadual de Ensino, para desenvolvimento de uma educação de qualidade para alunos com necessidades educacionais especiais. O documento enfatiza a necessidade da adaptação e flexibilização curricular tanto nas escolas da rede regular, quanto nas escolas especiais (SEED, 2006).

Em dezembro de 2006, acontece a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU para promover, defender e garantir condições de vida com digna e a emancipatória para todas as pessoas que apresentam qualquer tipo de deficiência (BRASIL, 2010).

Em janeiro de 2008, é aprovada e publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Este documento é resultado de um longo processo que vinha sendo discutido por professores e pesquisadores da área da educação especial, sob a coordenação da Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC. A elaboração deste documento consiste em avaliar os avanços ocorridos e desafios encontrados na efetivação de políticas públicas, apontando novos caminhos para a educação especial inclusiva (BRASIL, 2008).

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com Góes (2002), Vigotski acreditava na existência de uma educação especial que atendesse as necessidades dos alunos. Segundo ele, a educação escolar deve considerar a organização sociopsicológica específica das deficiências. Mesmo com as leis do desenvolvimento iguais para todas as crianças, faz-se necessário estabelecer metas educacionais e trabalhar para que estas se destaquem na promoção e apropriação de capacidades. Para isso é indispensável recursos especiais e caminhos diferenciados. Para Miranda (2008),

É possível observarmos, por parte dos professores e de profissionais da educação, grande resistência em aceitar o desafio

colocado pela proposta da escola inclusiva, o que consideramos perfeitamente compreensível, dada à ausência de sua formação para enfrentar esse desafio. Tal resistência surge em decorrência da não-problematização do assunto, tendo em vista que raramente estes alunos são contemplados nos momentos de formação inicial e/ou continuada, o que conduz a formas inadequadas de entendimento. (MIRANDA, 2008).

Nesta perspectiva, faz-se necessário uma reflexão sobre o trabalho do professor especialista em educação especial, que atua no atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) dos estabelecimentos de ensino da rede regular, para que esse possa trazer elementos facilitadores do processo de compreensão sobre a inclusão escolar.

A proposta da educação especial inclusiva visa uma organização escolar com olhar voltado para o aluno com necessidades educacionais especiais, respeitando os seus níveis de desenvolvimento social, emocional e acadêmico para que tenha acesso a uma educação com a qualidade que merece.

Para o sucesso dessa prática educacional, não basta apenas a existência de leis, decretos, portarias ou outros documentos que amparam legalmente a inclusão, é necessário a aceitação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede regular de ensino e mais, a escola precisa estar preparada para trabalhar atender esses alunos. Para Freire (2012),

A educação inclusiva reconhece e respeita todas as diferenças existentes, reconhece as limitações e conhece as necessidades específicas de cada aluno. Essa educação é pautada no atendimento às necessidades dos educandos, fazendo-se necessário que se rompa com velhos paradigmas, de maneira que seja efetivada uma "revolução" na inclusão que se propõe. Precisa-se, pois, obter um sistema educacional inclusivo, na definição ampla deste conceito, é imprescindível que se parta do princípio de que todas as crianças podem e devem aprender que se respeite todas as diferenças existentes entre os alunos e que a metodologia pedagógica atenda às necessidades de todos os discentes. (FREIRE, 2012, p.4).

É na mediação entre o processo de ensino aprendizagem, que devem ser inseridas as adaptações curriculares, estas, trazem possibilidades na prática da docência ajudando a superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

2.3 ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Na tentativa de refletir sobre a problemática das adaptações ou flexibilizações curriculares para alunos com deficiência, este trabalho ressalta a necessidade de ir além do simples fato de aceitar a matrícula, é necessário que o aluno tenha acesso ao currículo, mas para isso, precisamos de mudanças que levem os profissionais da educação, especialmente os professores, a mudar certas atitudes frente às diferenças ou deficiências.

Diante disso, é importante ressaltar que o amparo legal para que a inclusão aconteça deve ser cumprido em sua totalidade, sendo necessário para essa prática, o enriquecimento das estratégias de trabalho pedagógico e construção de adaptações curriculares para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, inclusos no processo escolar. Desta forma, será possível, transformar a escola em um espaço inclusivo de qualidade e mais humanizado, capaz de valorizar as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais, atendendo às necessidades educacionais individuais, garantindo uma educação de qualidade para todos.

Ainda no que diz respeito às adaptações curriculares, é pertinente destacar a função do currículo para fazer a relação entre a teoria e a prática, que deve compor um planejamento, e para que esse seja funcional, deve conter informações consistentes sobre o que ensinar, como ensinar, quando ensinar, como e quando avaliar (COLL apud CARVALHO, 2013).

Percebe-se que o currículo ainda está aliado à matéria e ao conteúdo, desprezando os conhecimentos prévios que os alunos trazem consigo e o meio onde vivem. Diante dessa veracidade, fica clara a deficiência do currículo e a urgência de potencializá-lo, para que possa garantir o acesso e permanência nas escolas da rede regular de ensino, como também o sucesso dos alunos com

necessidades educacionais especiais ou deficiência, através de flexibilizações ou adaptações curriculares.

O termo “adaptações curriculares”, relacionado ao ensino comum, foi utilizado pela primeira vez em 1994, no texto da Política Nacional de Educação Especial e, somente cinco anos depois, em 1999 foi implementado no texto da Política Nacional para Educação Básica como:

Modificações que são necessárias realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica. As adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo deve contar com adaptações para atender à diversidade das salas de aula, dos alunos (LANDIVÁR *apud* PARANÁ, 2006, p.50).

As Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, fazem a seguinte referência sobre flexibilização e adaptação curricular:

[...] flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, [...]. (BRASIL, 2001).

Ao se falar em conteúdos básicos, não se tem a intencionalidade de empobrecer o currículo, mas adequar de modo a atender as particularidades de todos os alunos sem exceção. É importante estar atentos para que ao flexibilizar o currículo, não sejam beneficiados apenas os alunos com dificuldades de aprendizagem ou deficiência, mas sim todos os educandos que fazem parte do processo de aprendizagem.

Ao flexibilizar ou adaptar os conteúdos para os alunos com deficiência ou mesmo com dificuldades de aprendizagem, o professor deve ter o cuidado para não enfatizar as limitações desses educandos, mas exaltar suas potencialidades.

De acordo com Garcia (2007, p.17), a expressão adaptação curricular foi utilizada na área da educação especial, com a intenção de adequar métodos, técnicas e recursos no trabalho com alunos avaliados em qualquer deficiência, física, mental, surdo, cego, múltipla e de condutas típicas e altas habilidades.”

Sendo assim, faz-se necessário a realização da adaptação do currículo regular, para atender as individualidades destes educandos. Para isso, o currículo precisa ser flexível e dinâmico, podendo ser ampliado para todos os alunos.

2.4 FORMAÇÃO CONTINUADA

Para promover a inclusão precisamos capacitação/formação que atinja todos os profissionais da educação, especialmente os pedagogos de uma forma mais efetiva. Uma formação com estratégias para auxiliar na implementação/construção de adaptações e flexibilizações curriculares, que venham contribuir significativamente no planejamento dos professores, e, conseqüentemente, proporcionar o aprimoramento das práticas pedagógicas no trabalho com os alunos inclusos de forma que eles tenham acesso ao currículo e ao espaço que necessitam para desenvolver suas potencialidades.

Levando em consideração que uma formação não se constrói pela quantidade de cursos, acumulação de certificados, conhecimentos ou técnicas, propõe-se com esse trabalho, criar um grupo de estudo e discussão com os pedagogos, dando abertura para continuidade na formação continuada dos professores com lotação neste estabelecimento. Para esta ação, será necessário buscar parcerias com universidades locais, através de seus profissionais, buscando desenvolver um trabalho de qualidade através de estudos sobre as práticas de ensino nas diferentes vertentes teóricas, mais especificamente, a Educação Especial.

Sobre a formação de professores para a educação especial inclusiva, Iácono e Silva afirmam que:

Pensar e implementar políticas de formação de professores requer a compreensão da realidade social e educacional que vivenciamos,

especialmente porque se vive em tempo de exclusão escolar. Embora a educação inclusiva esteja mais no plano do discurso, já que as estatísticas sobre matrículas de alunos com deficiência são ainda incipientes e a verdadeira inclusão desses alunos numa instituição escolar que existe dentro de uma sociedade excludente ainda acontece de forma muito precária, não se pode negar que, gradativamente, muitos destes alunos, que, no passado, estariam em instituições segregadas, hoje adentram a escola regular e a desafiam - e a seus professores -, em todos os níveis de ensino - da Educação Infantil ao Ensino Superior -, a encontrar novas formas de ensinar e de se relacionar com essas novas populações de alunos. (IACONO; SILVA, 2014, p.68-69).

Considerando a política da inclusão e o respeito à diversidade, faz-se necessário repensar a capacitação dos professores para que possa se concretizar a inclusão no ambiente escolar, com a garantia de recursos didáticos e instalações adequadas, permitindo que os alunos inclusos o acesso à educação, por meio da mediação docente entre o aprender e o ensinar.

Há um grande entendimento sobre a importância do trabalho do professor na escola inclusiva, mas o papel do pedagogo é fundamental diante desse processo. Para que a escola atenda a todos os alunos com igualdade, é preciso que este profissional seja o articulador de ações que viabilize o engajamento e compromisso com toda comunidade escolar, de modo que todos os envolvidos abracem esta causa transformando a escola em um espaço educativo e inclusivo. (TEZANI, 2004; SOUSA, 2007).

De acordo com Sousa (2007) as ações voltadas para as práticas inclusivas, que acontecem nos espaços escolares, devem ser organizadas pela equipe pedagógica para que esta por sua vez, possa intermediar e reorganizar a escola de acordo com a necessidade que se estabelece.

O fortalecimento do gestor escolar, numa proposta de reorganização da escola a fim de atender sobre as bases da educação Inclusiva, não pontua a inserção de elementos novos ao cotidiano, mas, sim ao gestor, orquestrar todos os elementos materiais e humanos em função da diversidade existente no espaço escolar. Sua capacidade de liderança democrática e responsável, sua autoconfiança e seus conhecimentos técnicos, são aspectos que vão constituir o ponto de partida para um processo que transforme a identidade organizacional. (SOUSA, 2007, p. 12).

Segundo Tezani (2010) não basta apenas mexer na estrutura física da escola adaptando-a para que esta se torne inclusiva, é necessário uma adequação do currículo para que todos os alunos tenham acesso e o direito à aprendizagem.

3 RELATO DA IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DIDÁTICA

A Implementação dessa Unidade Didática teve início na Semana Pedagógica de 2017, com a apresentação do Projeto de Intervenção Pedagógica aos professores e demais funcionários do Colégio Estadual Industrial. Onde foi explicado ao grupo de pedagogos a proposta que se realizaria ao longo do primeiro semestre, através de um grupo de estudos, organizado em oito encontros, com 4 horas cada, totalizando 32 horas, conforme a sequência.

1° Encontro: Apresentação do projeto de forma detalhada e aplicação de um questionário para levantamento de dados sobre o nível de conhecimento dos cursistas com relação ao tema. Nesse, a maioria declarou não ter formação ou apresentar pouco conhecimento nesta área e por esse motivo se sentem despreparados para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência. Segundo eles, há grande necessidade de formação nesta área para todos os profissionais que trabalham nas escolas da rede regular de ensino. Percebeu-se grande expectativa por parte do grupo de cursistas com relação a este curso.

2° Encontro: Neste encontro, foi feita uma análise e reflexão dos marcos principais da história da Educação Especial no Brasil pontuando as contribuições destes para o processo de inclusão. A maioria dos cursistas relatou falta de aproximação com o tema do conteúdo trabalhado. Ressaltaram também a necessidade de promover um estudo mais aprofundado sobre o assunto.

3º Encontro: Dando sequência ao curso, foi realizado um estudo dos documentos norteadores que embasam a Educação Especial, na questão da inclusão das pessoas com deficiência, possibilitando aos cursistas a compreensão e evolução deste processo. Mais uma vez os cursistas relataram a falta de proximidade com o assunto, enfatizando a necessidade de aprofundamento teórico sobre o tema posto em debate. Segundo eles, é necessário um estudo mais aprofundado sobre a legislação para que seja possível reflexões a respeito dos direitos da pessoa com deficiência, bem como o acesso a uma educação inclusiva que garanta a efetivação de adaptações curriculares, transformando o currículo em uma ponte entre a teoria e a prática pedagógica.

4º Encontro: Este encontro esteve pautado na discussão dos aspectos legais a respeito da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, apresentando orientações básicas para adaptações curriculares, a serem realizadas para alunos com Deficiência Intelectual, Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os participantes compreenderam as diferenças apresentadas em cada situação e ao final, perceberam a importância de transmitir esses conhecimentos ao grupo de professores.

5º Encontro: Neste encontro foi feito um estudo sobre a teoria Histórico-Cultural de Vigotski. Os participantes relataram que a experiência foi produtiva e enriquecedora para a prática da educação inclusiva, principalmente no que se refere ao entendimento do homem como um ser social e a importância da escola, enquanto ambiente, capaz de transformar a sociedade e o próprio homem.

6º Encontro: A proposta deste encontro foi de apresentar o conceito e o processo de adaptação e flexibilização curricular, para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos população alvo da educação especial. Os participantes compreenderam a diferença das adaptações de pequeno e grande porte e a quem compete à realização das mesmas para que se estabeleça na escola uma prática educacional inclusiva.

7º Encontro: Neste encontro foi feita uma reflexão sobre o filme “Como estrelas na terra, toda criança é especial”, o qual retrata as dificuldades enfrentadas por um aluno com dislexia sem diagnóstico. Nesse momento os participantes reconheceram a importância de avaliar o aluno ou conhecer, a partir de laudos ou outros tipos de avaliação, as necessidades individuais para que possam orientar os professores na elaboração de atividades que desenvolvam potencialidades desses alunos.

8º Encontro. No último encontro, retomamos o trabalho realizado junto aos professores, com as adaptações de diferentes disciplinas. Os participantes compreenderam a necessidade de reorganizar e apontar estratégias para flexibilizar e adaptar o currículo de forma que o aluno com necessidades educacionais especiais possa se apropriar do conteúdo apresentando uma melhora significativa na aprendizagem. Encerramos o grupo de estudos fazendo uma avaliação por meio de um questionário. O mesmo foi aplicado individualmente para avaliar o trabalho da Implementação Didática. Esta avaliação possibilitou a constatação de que o trabalho desenvolvido, ao longo dos oito encontros desta formação, atingiu com sucesso os objetivos propostos e houve sugestões para aprimorar este trabalho.

4. DISCUSSÕES E CONTRIBUIÇÕES DO GTR

Paralelo à Implementação Didática, aconteceu o Grupo de Trabalho em Rede (GTR) em ambiente virtual através da modalidade da educação à distância, sendo este, um curso de capacitação ofertado pela Secretaria do Estado do Paraná. Foi um privilégio atuar na condição de tutora desta formação, compartilhando as experiências adquiridas ao longo dos estudos e pesquisas no PDE, com um grupo de pedagogas com grande interesse na discussão deste tema. Inicialmente percebeu-se que as dificuldades na realização das adaptações curriculares eram as mesmas nos diferentes espaços escolares.

Ao longo do curso foi possível trazer para a discussão, este tema tão necessário para melhorar a prática de escolarização dos alunos com

necessidades educacionais especiais, incluso nas escolas da rede regular de ensino. Juntas refletimos sobre possíveis intervenções e ações capazes de proporcionar caminhos relevantes para uma prática pedagógica efetiva. As pedagogas cursistas, apresentaram suas experiências e indicando também bibliografias de autores que se dedicam na pesquisa deste tema, contribuindo significativamente para o enriquecimento do curso.

De modo geral, enfatizamos a reflexão sobre o papel do pedagogo na mediação entre o trabalho do professor do AEE e professores das disciplinas, oportunizando assim, situações de aprendizagens favoráveis aos alunos com necessidades educacionais especiais. Os pedagogos, por sua vez, ressaltaram a necessidade de mais profissionais para atuar nas escolas da rede, pois muitas vezes precisam deixar de lado esta função para "apagar incêndios", ou seja, resolver conflitos de alunos em sala de aula. O pedagogo tem a função de estar próximo aos professores, estimulando-os na busca de diferentes metodologias, buscando encontrar caminhos que facilitem a efetivação da aprendizagem. A partir desta discussão, destacou-se também a necessidade de dar continuidade a essa formação, envolvendo todos os profissionais da escola para que tenhamos de fato, uma escola inclusiva.

De acordo com o relato dos cursistas, a participação contribuiu significativamente para a formação na área de educação especial inclusiva, através dos materiais disponibilizados na plataforma durante o período do mesmo.

No módulo I foi feito um estudo de aprofundamento teórico com leituras de textos, análise teórica, relacionamento da teoria com a prática e elaboração de uma discussão teórica. No Módulo II foi feito estudo do Projeto de Intervenção Pedagógica e Produção Didática, os quais foram elaborados a partir de uma problemática vivenciada no cotidiano escolar, envolvendo trabalho pedagógico e a inclusão dos alunos com deficiência no ensino comum. Neste módulo, foi possibilitado aos cursistas pesquisar, em diversos materiais didáticos disponíveis na web, a metodologia apresentada na produção didático-pedagógica do professor PDE, apresentar sugestões para contribuir com a sua realidade e possíveis alterações para atender melhor às especificidades da sua realidade escolar. No Módulo III, foi solicitado aos cursistas uma análise da implementação do Projeto

de Intervenção Pedagógica, avaliação dos procedimentos previstos no mesmo e produção de uma proposta de pesquisa para ser aprofundado futuramente utilizando a realidade da sua escola.

Enfim, o GTR nos proporcionou diferentes possibilidades de compartilhar novos conhecimentos por meio através de estudos, reflexões, trocas de experiências entre os cursistas, apontamentos e sugestões, contribuindo para o enriquecimento deste trabalho e melhorando a prática das adaptações curriculares no ambiente escolar, favorecendo assim, a inclusão e sucesso dos alunos com necessidades educacionais especiais.

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho que faz parte do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), é possível perceber que este constituiu um momento singular na experiência da docência, sendo enriquecida significativamente pelos estudos, pesquisas, seminários e outras ações propiciados pelo curso.

Falar sobre adaptação curricular na prática escolar ainda é um grande desafio, por isso é pertinente destacar a necessidade de capacitações ou formações sobre o assunto. Na prática escolar há ainda inúmeras dúvidas de como fazer uma adaptação curricular que atenda às necessidades dos alunos com deficiência. Este é um empasse que poderá ser superado com mais capacitações, formações e grupos de estudos realizados na escola, utilizando a realidade desta como referência.

Percebemos ao longo deste curso que é função do pedagogo, mediar e oportunizar situações de aprendizagens favoráveis aos alunos público alvo da educação especial, planejando junto aos professores e respeitando sempre o diagnóstico, laudos médicos e outras informações pertinentes sobre a vida do aluno. Este por sua vez pode buscar apoio no trabalho do professor da Sala de Recursos Multifuncional que atende esses alunos. Enquanto equipe pedagógica, este profissional precisa estar atento ao Plano de Trabalho Docente do professor, observando também o seu planejamento para garantir que as adaptações

curriculares sejam feitas na prática, garantindo a esses educandos o acesso ao currículo e apropriação do conteúdo tornando sua aprendizagem significativa e prazerosa.

Percebemos que a adaptação curricular em nossas escolas ainda não é uma prática efetiva. Ainda utilizamos a mesma metodologia e avaliação para todos os alunos, desrespeitando seus direitos previstos em lei. Muitas vezes também nos esquecemos de fazer anotações no registro de classe para comprovar tais adaptações. É importante que todos os professores façam um diagnóstico inicial dos alunos com necessidades educacionais especiais para planejar suas atividades e acompanhar sua evolução.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, G. F. CASTRO; D. A. **Novas (re)configurações no Ministério da Educação**: entre o fio de Ariadne e a mortalha de Penélope. Revista Brasileira de Educação, v.19. n 56. Jan-mar, 2014.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/1996**. 2014. Disponível em:< www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 02 jul.2016.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** . Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**/ coordenação geral: SEESP/MEC ; organização: Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

_____. **Marcos Político- Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília 2010.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. In: **Inclusão** – Revista da Educação Especial. Vol.1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério Público Federal. **O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva(Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. **Indagações sobre currículo – educandos e educadores: seus direitos e o currículo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação básica, 2007.

CARVALHO, Alfredo Roberto. ROCHA, Jonas Vieira. SILVA, Vera Lucia Luiz Rodrigues. Pessoa com deficiência na história: modelo de tratamento e compreensão. In **A pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos organização do Programa Institucional de ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais- PEE.**Cascavel: EDUNIOESTE, 2013.

FREIRE, Paulo. **Políticas e Educação.** Organização Ana Maria de Araújo Freire. – 2ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, S. N. A Formação De Professores Na Educação Inclusiva: **Construindo A Base De Todo O Processo.** In: RODRIGUES, D. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** In : BAPTISTA, Cláudio Roberto, e col. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Editora Mediação, Porto Alegre, 2007.

GÓES, M.C.R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, M.K.; SOUZA, D.T.R.; REGO, T.C. **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea.** São Paulo: Editora Moderna, 2002. p. 95-114.

IACONO, Jane Peruzo, SILVA, Luiza Alves. Reflexões Sobre a Política de Formação de Professores para a Educação Especial/Educação Inclusiva In **A Pessoa Com Deficiencia Na Sociedade Contemporânea: Problematizando O Debate.** 2ªed. Cascavel: Edunioeste, 2014.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo, **Educação Especial No Brasil: Desenvolvimento Histórico.** Cadernos de História da Educação,n. 7 – jan./dez. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos direitos das pessoas deficientes.** Disponível em <<http://www.eerp.hpg.com.br/ddpd.html>. Acesso em: maio 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,** 2006.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos.** SEED. Curitiba, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**: fundamentos de defectología. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.

SILVA, Leila Lopes. **Práticas Pedagógicas na Escola Inclusiva**: Adaptação Curricular. PDE: Jacarezinho – PR, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uenp_edespecial_pdp_denise_lopes_da_silva.pdf>. Acesso: 12 out. 2017.

SOUSA, L. P. F. de. **Orquestrar a gestão escolar para respostas educativas na diversidade**. 2007, 113p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro.

TEZANI, T. C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.